Requerido(s): Município de Salinópolis

Origem: 1º PJ de Salinópolis

Assunto: Apurar a ausência de municipalização do trânsito no Município de Salinópolis.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO da promoção de arquivamento do feito como Inquérito Civil e determinou a devolução dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que, após o capeamento com a denominação de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO e procedido os registros de praxe, archive-se na Promotoria de origem, conforme o disposto no art. 361, da Resolução nº 007/2019-CPJ e art.12, da Resolução nº 174/2017-CNMP.

Registrou-se o impedimento em votar do Exmo. Conselheiro Dr. Hamilton Nogueira Salame, nos termos do art. 37, §5º do Regimento Interno do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público.

Registrou-se a presença dos seguintes Membros: Rosa Maria Rodrigues Carvalho, Subprocuradora-geral para a área Técnico-Administrativa, em substituição à Procuradora-Geral de Justiça, em exercício, Presidente do Conselho Superior, Dra. Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento; Dr. Mário Nonato Falangola, Corregedor-Geral do Ministério Público, em exercício; os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Maria da Conceição de Mattos Sousa, Dulcelinda Lobato Pantoja e Maria Tércia Ávila Bastos dos Santos (relatora).

A Exma. Dra. Maria Tércia Ávila Bastos dos Santos agradeceu aos Conselheiros pela deferência que tiveram em deixá-la em julgar seu processo e pediu licença para se retirar da sessão.

3.2. Processos de Relatoria do Conselheiro WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO:

3.2.1. Processo nº 005036-040/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): N.S.L.

Origem: 8º PJ de Castanhal

Assunto: Apurar suposto descumprimento da função social da propriedade por violação de normas ambientais decorrentes da aplicação irregular de agrotóxicos.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela RATIFICAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO, devendo os autos serem remetidos, com a devida urgência, ao Ministério Público Federal, para que sejam adotadas as providências cabíveis, por força do art. 8º, inciso IX do Regimento Interno do CSMP e art. 3º, da Resolução nº 005/2014 – MP/CSMP, vez que há interesse jurídico da União no feito por conta de envolver interesse da FUNAI.

3.2.2. Processo nº 001605-477/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Ananindeua

Origem: 2º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Urbanismo de Ananindeua

Assunto: Viabilizar a criação e instalação de Agência do PROCON em Ananindeua.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO da promoção de arquivamento do feito como Inquérito Civil e determinou a devolução dos autos à Promotoria de Justiça de origem para efeito de arquivamento, como Procedimento Administrativo, por se tratar de acompanhamento de políticas públicas e pelo fato do Órgão Colegiado não ter atribuição para apreciar feitos dessa natureza, conforme disposto na Resolução nº 174/2017-CNMP c/c a Resolução nº 007/2019-CPJ.

3.2.3. Processo nº 001093-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Educação – SEDUC

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa na Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006, visto que possível desvio de verbas da merenda escolar, por parte de Verônica Pompeu Costa, coordenadora de algumas creches, não restaram comprovadas e por isso não há que se falar em improbidade administrativa.

3.2.4. Processo nº 000125-911/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal Marabá

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Pedido de revogação da portaria de designação, com a devolução dos autos à promotoria de origem.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo INDEFERIMENTO DO PEDIDO da Promotora de Justiça, Dra. Mayanna Silva de Souza Queiroz, julgando pela permanência do Inquérito Civil nº. 000125-911/2015 com a Promotora de Justiça signatária do pedido, de acordo com o art. 57, parágrafo único da LCE nº 057/2006.

3.2.5. Processo nº 001463-040/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Júlio Hideo Sakai

Origem: 6º PJ de Castanhal

Assunto: Apurar se há risco de desmoronamento de um imóvel localizado na Av. Presidente Getúlio Vargas, ao lado do Fórum da Comarca de Castanhal.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo o art. 8º, inciso VII do Re-

gimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006, visto que após vistoria técnica realizada pelos Bombeiros ficou comprovado que o imóvel localizado na Av. Presidente Getúlio Vargas, ao lado do Fórum da Comarca de Castanhal, não corre risco de desmoronamento.

3.2.6. Processo nº 000177-110/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Associação Beneficente Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Informação de Vila dos Cabanos

Origem: 2º PJ de Barcarena

Assunto: Apurar a prestação de contas da Associação Beneficente Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Informação de Vila dos Cabanos (ABCD CÍVICA), referente ao ano calendário 2012.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006, uma vez que possíveis irregularidades nas contas da Associação Beneficente Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Informação de Vila dos Cabanos (ABCD CÍVICA), referente ao ano calendário 2012, não restaram comprovadas.

3.2.7. Processo nº 000030-113/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Lanche do Sírio

Origem: 2º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Belém

Assunto: Apurar suposta prática de crime de poluição sonora e atmosférica e obstrução de calçada, por parte do empreendimento "lanche do sírio".

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006, visto que o estabelecimento denominado "Lanche do Sírio", localizado na Rua Bernal do Couto, não está mais funcionando e com isso não se pode falar em prática de crime de poluição sonora e obstrução de calçada por parte do empreendimento mencionado.

Registrou-se a presença dos seguintes Membros: Rosa Maria Rodrigues Carvalho, Subprocuradora-geral para a área Técnico-Administrativa, em substituição à Procuradora-Geral de Justiça, em exercício, Presidente do Conselho Superior, Dra. Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento; Dr. Mário Nonato Falangola, Corregedor-Geral do Ministério Público, em exercício; os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho (relator), Maria da Conceição de Mattos Sousa, Dulcelinda Lobato Pantoja e Hamilton Nogueira Salame.

3.3. Processos de Relatoria da Conselheira Maria DA CONCEIÇÃO DE MATOS SOUSA:

3.3.1. Processo nº 000281-440/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Supermercado Líder

Origem: 1º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo, Consumidor e Fundações de Ananindeua

Assunto: Verificar responsabilidade do Supermercado Líder quanto a venda de produto vencido.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO do pedido de revisão e no mérito, DECIDIU pelo PROVIMENTO do recurso interposto, contra decisão de arquivamento da notícia de fato, uma vez que cabe uma melhor análise do caso devido ao fato da exposição de produtos vencidos, nas prateleiras de Supermercados, causarem prejuízos ao regular desenvolvimento da relação de consumo e por configurarem ato ilícito.

3.3.2. Processo nº 000770-084/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Abel Figueiredo

Origem: 1ª PJ de Rondon do Pará

Assunto: Apurar irregularidades praticadas contra o fundo municipal de saúde de Rondon do Pará.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, visto que supostas irregularidades praticadas contra o fundo municipal de saúde de Rondon do Pará, pela Secretaria Municipal de Saúde, não restaram comprovadas após diligências empreendidas pelo MINI- GATI de Marabá e com isso não restou configurado dolo apto a ensejar a configuração de ato de improbidade administrativa ou dano ao patrimônio público.

3.3.3. Processo nº 001428-036/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Benevides

Origem: 3º PJ de Benevides

Assunto: Verificar o não pagamento de verbas trabalhistas à servidora contratada temporariamente pelo Município de Benevides para o cargo de dentista.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, pois não cabe ao Ministério Público analisar a falta de pagamento de verbas trabalhistas a uma servidora contratada temporariamente, pelo Município de Benevides, por se tratar de uma relação de direito individual e pelo fato da ausência de elementos que configurem prática de ato de improbidade.

3.3.4. Processo nº 001605-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Autarquia de Mobilidade Urbana de Belém – AMUB

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém